

O desmonte do ensino superior no plano dos governos ultraliberais brasileiros

Rayanne Karolayne Silvestre da Rocha (UFRN)

rayanne.rocha.113@ufrn.edu.br

Introdução

Nos últimos anos, contrarreformas na educação foram promovidas com o intuito de desresponsabilizar o Estado no oferecimento de serviços educacionais à população. Ianni (2004) observa que a redução da presença do Estado está atrelada à garantia da execução das regras do jogo do capital, de modo que permita o desenvolvimento das forças econômico-financeiras privadas. Isso denuncia a tendência de mercadorização dos serviços essenciais, baseando-se nas prescrições da racionalidade neoliberal.

Todo esse contexto levou à implantação de políticas no ensino superior que fortalecessem o sistema de produção e reprodução capitalista. Dessa maneira, documentos foram elaborados pelos organismos internacionais com o intuito de propalar diretivas para a educação superior em diferentes países como uma prática de desenvolvimento social e econômico que, além de outras coisas, preconizavam a flexibilização dos sistemas de ensino, através da contenção dos gastos públicos e intervenção privada.

Com o golpe de Estado em 2016 e a consolidação da crise política no Brasil, essas deliberações se atenuaram cada vez mais. Após a deposição de Dilma Rousseff, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a liderança do país e acentuou agressivamente o projeto de austeridade fiscal, seguindo um plano totalmente conservador e ortodoxo. Essa iniciativa instaurou profundos cortes orçamentários nas políticas de proteção social, trazendo terríveis consequências, que, posteriormente, foram friamente aperfeiçoadas durante o governo Bolsonaro.

Materializações da política fiscal do Estado e suas repercussões para a educação

Em 2016, foi implantada a Emenda Constitucional nº95 que estabelece uma regra de contenção de gastos nas despesas primárias do Governo Federal com duração de 20 anos e a possibilidade de revisão somente em 10 anos. Nessa regra, o gasto primário fica limitado por um teto definido pelo montante gasto no ano de 2017 reajustados apenas pela inflação acumulada, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Resumidamente, o novo regime fiscal implica no congelamento real das despesas do Governo, resultando na redução do gasto público em relação ao PIB e ao número de habitantes, ou seja, os gastos públicos não acompanham o crescimento da renda e da população.

As intenções do governo Temer são nítidas. Ao aderir a essa política fiscal duradoura e rígida às variações do capital, os direitos sociais - previstos pela Constituição Federal de 1988 - foram tomados como descartáveis, sendo passíveis de depreciação e até eliminação em prol da recuperação da economia brasileira frente ao mercado. Os desdobramentos da EC/95 foram totalmente aceitos e ainda mais aprofundados pelo governo subsequente de Jair Messias Bolsonaro. Em 2018, as urnas consolidaram a vitória de uma liderança que enaltecia, mais uma vez, o neoliberalismo e a defesa de privatizações, políticas de austeridade e uma agenda moral conservadora.

Desse modo, a educação vem sendo vítima de múltiplos ataques à mão armada. No primeiro ano, o Ministério da Educação ficou vulnerável com a entrada e saída de ministros e obteve diversos problemas organizacionais. Em 2019, sofreu um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões de suas despesas, incluindo gastos com pagamento de despesas como água e luz, entre outras necessidades básicas. Além disso, Tanno (2021a) constata que, entre 2015 e 2020, o orçamento primário total do Ministério da Educação caiu de R\$ 121 bilhões para R\$ 107,8 bilhões, o que seria uma

redução de 11% em cinco anos. O principal enfrentamento foi pelas universidades federais, que tiveram 30% de seu orçamento discricionário retido (ANDIFES, 2019). Dessa maneira, evidencia-se o projeto de desmonte das instituições públicas de educação, especialmente aquelas que se referem ao ensino superior.

A pós-graduação também não ficou de fora. Foram estabelecidos cortes contra os orçamentos de bolsas e auxílios ofertados pelas agências de fomento, como a CAPES e o CNPQ, envolvendo 2.516 bolsas de várias modalidades. Somente a CAPES, responsável por diversos programas de formação de professores e pós-graduandos, sofreu uma redução de 10 bilhões de reais para R\$ 3,8 bilhões, no curto intervalo de 5 anos (2015-2020). Em 2020, perdeu-se 16% em investimentos federais na Educação (ANDIFES, 2020). Tais restrições orçamentárias continuam em curso e ameaçam diariamente a produção científica autônoma, crítica e de responsabilidade social.

Esse cenário afeta, direta e imediatamente, as condições infraestruturais, acadêmico-pedagógicas e assistenciais dos estudantes. Ademais, os estudantes não são os únicos sujeitos prejudicados, visto que os trabalhadores terceirizados que atuam nas Ifes também sofrem com a diminuição dos recursos, sendo submetidos a um ambiente de trabalho cada vez mais precarizado.

Considerações finais

Decerto, essas medidas denunciam o viés anti-intelectual do atual governo e a desvalorização da importância e substância do espaço que mais produz ciência no país. Durante os anos de 2016 a 2021, que abarcam os períodos Temer e Bolsonaro, assistiu-se ao desmonte do Estado e do aparato social até então construído. Assim, os cortes no campo da educação e, particularmente, no ensino superior, impostos pelo governo brasileiro, ferem a Constituição Federal de 1988 no que concerne à garantia dos direitos sociais e as ações de austeridade fiscal confirmam a lógica

ultraliberal de que o Estado e as suas instituições devem ser geridos como uma empresa, fortalecendo a dinâmica privatista desses aparelhos.

Referências

ANDIFES. 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=87511>.
Acessado em: 10 de dezembro de 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera a Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 21 set. 2022

IANNI, Octávio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

TANNO, C. R. Ministério da Educação: despesas primárias pagas 2015-2019, impacto da EC nº 95/2016 (Teto de Gastos) e orçamento para 2021, Nota técnica nº 19/2021, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, Câmara dos Deputados, 2021a. Disponível em: www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/NT19_2021MECdespesasprimriasetetodegastos. pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.